



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

4683 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

AS LITERATURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS ? O DESAFIO DA APLICABILIDADE DA LEI 10639/2003 DE LEVAR O LEITOR A UMA VIAGEM COM OS PERSONAGENS DEUSES AFROS

Maria Cristina Marques - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AS LITERATURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS - O DESAFIO DA APLICABILIDADE DA LEI 10639/2003 DE LEVAR O LEITOR A UMA VIAGEM COM OS PERSONAGENS DEUSES AFROS

RESUMO: O presente artigo apresenta reflexões sobre a problemática surgida quando um professor ministra as literaturas mitológicas africanas. Desde o caso do livro “Lendas de Exu”, de Adilson Martins (2009) ocorrido no município de Macaé, Rio de Janeiro, outras demandas ainda surgem quando um docente ministra esse tipo de literatura. A mitologia africana, direcionada ao público infantil, não fez parte das aulas de Língua Portuguesa, naquele município, mesmo trazendo histórias engraçadas. A religiosidade afro-brasileira embrenha-se aos personagens deuses dessas narrativas, aflorando a intolerância religiosa que permeia no cotidiano escolar. A partir de escritos sobre o tema na academia e nas redes sociais, verificamos que ainda existem questões que precisam ser solucionadas em relação a essas narrativas. Esta demanda responde às reivindicações da Lei 10.639/2003, através de reparações, reconhecimento e valorização das histórias, culturas e identidades.

Palavras-chave: educação, Lei 10.639/2003, mitologia africana, exu, literatura infantil

No cruzo das águas

João Cândido nasceu em Encruzilhada. O nome da cidade hoje é Encruzilhada do Sul. Antes era tudo Rio Pardo e tudo dentro do Rio Grande do Sul. Então digo isso: João Cândido nasceu nas encruzilhadas. Destino do menino era ser cruzo das águas (CAPUTO, s/p., 2017).

Certa vez, havia um louva-a-deus que tentou pegar a Lua. Ele queria se sentar nela e cruzar o céu todas as noites para que os animais dissessem: “Lá vai o Louva-a-deus viajando na Lua. Ele deve ser um deus e temos que louvá-lo”. (MANDELA, p.68,2009)

(...) desta forma Exu puniu ao caçador e à caça – o caçador, por ter oferecido apenas a metade do sacrifício exigido, só logrou capturar a metade da caça pretendida e a corsa por haver, da mesma forma, oferecido só a metade do sacrifício, obteve proteção somente para si e passou pelo dissabor de ver seu filho morto pela flecha do caçador (MARTINS, 2009, p.56).

Os três fragmentos de texto acima pertencem a narrativas africana e afro-brasileiras, são histórias que poderiam marcar um lugar trivial nas salas de aula de todo o país e fazer parte do cotidiano das práticas escolares, entretanto a realidade é diferente.

Nessa concepção, narrarei o que aconteceu comigo no cotidiano de sala de aula, durante o ano de 2009, na Região Serrana do município do Rio de Janeiro, Macaé. A partir disso, fui mobilizada a pesquisar por que as narrativas, que envolvem personagens deuses afros não são permitidas na escola. No meu mestrado, apresentei uma pesquisa bibliográfica relatando o meu caso, trazendo o respaldo da Lei 10.639/2003 – que defende os ensinamentos de cultura africana e afro-brasileira nas escolas, para me defender, uma vez que nos meios jurídicos em Macaé, nenhuma solução foi dada ao caso.

Trata-se de Exu – um deus negro, importante nos cultos africanos, porém polêmico no passado da religiosidade, em contraste com exu, da literatura, um personagem deus afro[1] traquina, que quer levar vantagem em tudo, como acontece em algumas histórias lúdicas para o público infantil.

As literaturas são marcos de escritas que apontam cotidianos em espaços e tempos, relatam histórias. Nelas, encontramos modelos de heróis, exaltações de natureza dentre outros elementos, que fizeram parte da construção da nação brasileira.

Dada a sua trivialidade, é considerada a arte da palavra, que se utiliza da língua escrita como instrumento de interação social, em que o autor transmite seus sentimentos e ideias do mundo. É factível mencionar que a função da literatura é dar conta dos sujeitos invisíveis da sociedade.

Por conta disso, até um certo momento das publicações, o olhar dado ao negro foi sempre pela ótica do colonizador branco. Nesse percurso, muito se estudou sobre as literaturas luso-brasileiras que apresentavam marcas do etnocentrismo predominantes dos períodos colonialistas, fundamentados pelos gostos de escrita e de arte dominantes dos primeiros períodos do colonialismo europeu.

No período colonial, os negros africanos e afrodescendentes não tinham voz, não podiam publicar e nem mesmo falar de si. O panorama preconceituoso era sempre ativo em relação a tudo que veio do continente africano, pessoas e culturas num só contexto.

Após esse movimento colonial, surge a literatura brasileira com protagonistas negros e índios implementados de cargas estereotipadas. A exemplo, Iracema, a deusa de Alencar, que traz em seu bojo a união do branco colonizador com a índia sensual, criação do autor. Desse modo, uma cultura europeia civilizada acima dos valores indígenas. Outro poeta que recitou o negro foi Castro Alves, em Navio Negreiro, trazia o emblema da etnia negra, através de escravização. Podemos dizer que a etnicidade literária ganha corpo, mesmo que de forma insipiente, no Romantismo, quando os elementos locais ‘naturais’ são registrados nos escritos (GONÇALVES, p.245,2007).

Uma revisão desses valores tem sido proposta pela Lei 10.639/2003, que traz realidade os ensinamentos das culturas africana e afro-brasileira nos cotidianos da escola, com abordagens que questionam os modelos de personagens negros não mais como escravo, com postura subalterna, desprovido de qualquer cultura.

As dificuldades aumentam quando se ministram as histórias da oralidade africana em que personagens deuses africanos se inserem. Frente a essa situação, quando um educador assim o faz, é tratado de forma preconceituosa sendo associado ao anjo das trevas e outras denominações pejorativas por parte de alunos, como também por profissionais da escola. Por essas vias, expressões como “macumbeira”, “ela ensina macumba em sala de aula”, dentre outras mais, tenho ouvido durante a minha caminhada como professora, que apresenta os deuses afros em sala de aula, em forma de mitologia.

É fato que a literatura também se constrói, através de gêneros do fantástico ligados à religiosidade. Em termos mais práticos para explicar tal situação, o autor Bulfinch (2006) introduz a ideia de que:

As religiões da Grécia e da Roma antigas desapareceram. As chamadas divindades do Olimpo não têm mais um só homem que a cultue, entre os vivos. Já não pertencem à teologia, mas a literatura e ao bom gosto (BULFINCH, 2006, p.13).

Observamos que oriunda de deuses da religiosidade, a literatura alcançou o apogeu e fez perdurar os seus ídolos mitológicos até hoje, entretanto, não se encontra mais como religião. Estas são aceitas por autores de compêndios ligados à educação.

Amâncio diz que o Brasil e o continente africano têm diálogos constantes, através da escrita entre esses dois espaços. A autora insiste em dizer que “com o advento da Lei 10.639/2003, esse roteiro sai da condição de possibilidade para tornar-se uma obrigatoriedade” (AMÂNCIO, 2008, p.47).

Nestes quadrantes, excluir o compromisso doutrinário desses saberes religiosos e colocar em prática a premissa

cultural dessas narrativas deve ser a proposta desses escritos. O respaldo à aplicabilidade desse tipo de narrativa se dá pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 2003 no que concerne os artigos 26^a, 79^a e 79b, que obriga a ministrar conceitos de história da África e cultura afro-brasileira em todos os segmentos e esferas educacionais.

Num mergulho no universo das literaturas afro-brasileiras, a questão étnica traz reflexões de inclusão da africanidade no discurso literário. Esse tipo de literatura tem função de pensar a questão cultural, religiosa e racial. São leituras que instigam questões com diálogos interdisciplinares que perpassam outras disciplinas afins.

Voltando aos fragmentos de texto trazidos no início desse trabalho, ao analisarmos o trecho da obra “Os meninos de João Cândido”, de Stela Guedes Caputo [2] voltados para o público infantil, verificamos a abordagem da participação de João Cândido na Revolta da Chibata, em 1910, no Rio de Janeiro como parte primordial na construção da nação brasileira. Trata-se de literaturas de autores brasileiros que envolvem grupos sociais injustiçados, no entanto, não são alçados na categoria de heróis em nossa sociedade.

Retomando Mandela, também, nos fragmentos iniciais, assistimos ao lúdico infantil, narrado no continente africano pela tradição oral, através de contadores de histórias no cotidiano das aldeias africanas. Trata-se de lendas remotas, que segundo Mandela, podem ser contadas de acordo com nossa imaginação e ambiente em que estamos situados. Assim diz o autor, “depois de viajarem por muitos séculos em vastos lugares, são oferecidos novamente, com novas vozes, às crianças da África” (prefácio).

Em Martins (2009), ainda nos fragmentos iniciais, percorremos outra narrativa em que o personagem deus afro, exu, vai delineando valores sociais mesclados à religiosidade, trazendo encantamento ao leitor com ensinamentos, através de um mundo infantilizado. “O autor articula a leitura lúdica às traquinagens do protagonista que, delicadamente, parte da premissa de fazer o bem a quem o procura (MARQUES, p. 9, 2014)”.

Como toda história mítica, sempre relata a origem de algo em cada um de seus capítulos. E por que o personagem exu da obra de Adilson Martins lançado em 2009, que nos apresentava com histórias engraçadas ligadas, exclusivamente ao público infantil causou tanta confusão numa escola do Rio de Janeiro? Para explicar o fato, trazemos em ênfase um pouquinho de religiosidade, mesmo não sendo o foco desses escritos. Caminhemos com Verger,

Exu [3] é o mensageiro dos outros *Orixás* nada se pode fazer sem ele. É o guardião dos templos, das casas e das cidades. (...) tem um caráter suscetível, violento, irascível, astucioso, grosseiro, vaidoso, indecente. Os primeiros missionários, espantados com tal conjunto, assimilaram-no ao Diabo e fizeram dele o símbolo de tudo que é maldade, perversidade, abjeção e ódio, em oposição à bondade, pureza, elevação e amor a deus (VERGER, 2000, p.4).

Ainda que Caputo (2017) não estivesse falando de um contexto religioso de matriz africana, ela usa o nome do lugar de nascimento de João Cândido, “Encruzilhada do Sul”, para jogar com a Encruzilhada de Exu e situar o contexto da vida de João Cândido inscrito em um destino de transformações, mudanças, transgressões e revoluções, ou seja, inscrito no signo de Exu. Além disso, busco ainda mais evidências com Rufino e Simas (2018) quando dizem ser encruzilhadas espaços encantados. Para os autores de “A ciência encantada das macumbas”, os deuses da mitologia grega e romana eram ofertados nestes lugares. Além destes, padres, tocadores de *blues* do Mississipi, os violeiros do Brasil faziam suas performances no universo das encruzilhadas (SIMAS, 2018, 17-18).

Parafraseando “No cruzo das águas” dos fragmentos introdutórios de Caputo, parto para o cruzo dos fragmentos pinçados de outras narrativas infantis. Tanto Caputo como Mandela podem ser lidos em sala de aula, sem causar nenhum transtorno a educadores. Entretanto, as lendas do protagonista exu, em Lendas de Exu de Adilson Martins [4], em 2009, foi o imbróglia numa escola situada na serra do município de Macaé [5]. O fato não seria retomado aqui se essa peleja não continuasse a ocorrer com outros educadores que apareceram nos espaços da internet.

Mesmo pertencendo a um discurso pautado em personagens ligados ao sagrado afro-brasileiro enredados de entretenimento para o público infantil, não permaneceu mais em nenhuma biblioteca do município de Macaé, até os dias de hoje [6]. Na verdade, esse tipo de história recebe as antigas nomenclaturas de macumba.

Duas professoras silenciadas, e as outras?

Conheci o livro, através de meu aluno do sexto ano, em 2009. Foi através do olhar de uma criança de doze anos que exu surgiu do acervo da biblioteca daquela escola. Trata-se de histórias lúdicas ligadas ao traquineiro personagem deus afro distribuídas, na época, pelo Plano Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE) e Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação.

É factível mencionar que Exu contextualiza a mitologia iorubá com propriedade e respeito. Em virtude disso, abre-se espaço para resgatar e valorizar referenciais africanos presentes na cultura brasileira. A escola na qual a trama se passa localiza-se na região Serrana de Macaé. Eu ministrava aulas de Redação e de Língua Portuguesa para os ensinos fundamental e médio na referida instituição durante sete anos, antes do ocorrido.

Minha adoção ao livro em questão se deu por verificar a potencialidade da produção de Martins, mas fui impedida. Primeiramente, pela direção da escola, seguido pelos responsáveis de alguns alunos.

Os caminhos percorridos por mim, partiu pela orientação do próprio autor, Adilson Martins, na introdução de sua obra quando ilustra o personagem como traquineiro, trazendo outros com a mesmas características.

Na obra do autor, introduzem-se vários heróis vigaristas que são comparados a deuses astuciosos de vários folclores brasileiros e estrangeiros. Trata-se do Saci Pererê que se diverte às custas dos outros, do personagem Anansi da África Ocidental (...). o coelho Pernalonga (...) Da Grécia, introduz o deus Hermes e da mitologia dos povos germânicos, Loki, companheiro do deus trovão Thor, e da guerra, o deus Odin, dentre outros que fazem parte de cinco páginas da introdução de "Lendas de Exu" (MARQUES, 2014, p.8)

A seguir, ensinei a gramática da Língua Portuguesa, através de fragmentos extraídos de alguns contos do livro. A lousa da minha sala de aula foi fotografada por mim, na época, além de toda didática, que se encontra gravada e fotografada. Sabia que algo poderia acontecer, pois ninguém até aquele momento trouxera um personagem tão polêmico como exu, tratado do lado de fora com nomenclaturas maquiavélicas.

A diretora evangélica me colocou à disposição, ou seja, me entregou para a Secretaria de Educação do município. Um inquérito administrativo se instaurou dentro da escola, os procuradores da prefeitura ocuparam uma sala como escritório, e de lá convocava professores para responder às questões referentes à minha atuação como educadora naquela escola. Questionavam, por eu ser umbandista, se falava de religiosidade em sala de aula. Muitos de meus colegas, que antes eram meus amigos, resolveram ficar ao lado da diretora.

Há de se ressaltar, que antes de ministrar a obra de Martins, já trabalhava há longos sete anos nesse colégio, e nenhuma reclamação ocorreu em relação à minha pertença religiosa. Ademais, não trouxe o livro religioso de Exu, e sim o paradidático, que se encontrava dentro da própria escola, com a finalidade de leitura relacionada à Lei 10.639/2003. O caso rendeu muitas reportagens nas mídias jornalísticas, como também, eu e o autor fomos convidados pela TVE, na época.

O professor que aplica esses enredos ligados ao sagrado afro-brasileiro transita em assédios administrativos, constrangimentos e muito desgaste emocional. Entretanto, não desiste da luta. Tem que estar engajado na causa. E o primordial, a vontade de assistir ao verdadeiro significado dessas crenças afro-brasileiras, a Umbanda e o Candomblé, e não a demonização atribuída a elas.

Neste contexto vivenciado, um provérbio africano faz sentido para mim: "nunca são esquecidas as lições aprendidas na dor". Ele traduz claramente o que passei. O meu caso de vez em quando é lembrado quando docentes, que ministram narrativas em que personagens deuses afros se inserem, e as polêmicas surgem com esses profissionais de ensino.

Devido à intolerância religiosa que perpassam as religiosidades de matrizes africanas, tratadas como demoníacas, a mitologia é vista como religiosidade na escola e não como, a exemplos, as narrativas de Caputo e as de Mandela. Tal fato não deveria se aplicar, pois referir-se aos personagens deuses afros na escola é apresentá-los como cultura, diferentemente, analisando por esse prisma, ocorre no espaço religioso.

Com base nesses pensamentos, ensinar temas relacionados ao racismo, às danças afro-brasileiras, a poetas negros, dentre outros assuntos ligados a essas culturas é querer mudar a trajetória intolerante da escola. Entretanto, contar histórias com personagens deuses afros, não tem como desvencilhar da religiosidade afro-brasileira, então, o caminho é de pedra. Esses deuses estão lá, nos terreiros de Umbanda e Candomblés, por isso a peleja em ministrá-los nas escolas.

A professora de "OMO-OBA: história de princesas"

Quando me deparei, recentemente, com outro fato na mídia repercutido por longas semanas, em 2018, relacionado a outra obra literária, "OMO-OBA: história de princesas", de Kiusam de Oliveira (2009) observei que o racismo religioso continua. O caso ocorreu na cidade de Volta Redonda, na região sul fluminense, esta, por sua vez, não estive envolvida. Entretanto, ao me ver citada de novo na mídia, contemplei-me a pensar que as demandas de "Lendas de Exu" continuam presentes.

No contexto de Volta Redonda, os responsáveis de alguns alunos se anunciaram contra a adoção do livro "Omo-Oba" (OLIVEIRA, 2009). O comportamento da direção da escola foi dividir os alunos em grupos, de modo que o livro pudesse ser substituído. Mais uma vez, assistimos à direção inserida no contexto, como ocorrera, em 2009, na Serra de Macaé. Segundo os gestores daquela instituição, aqueles que demonstrassem algum impedimento religioso/cultural poderia optar por outro autor que não referenciasse à literatura sobre a mitologia dos deuses africanos.

O caso se espalhou pelas redes sociais virtuais. Uma professora da rede pública, mãe de uma criança de oito anos, que estuda na escola, onde se passou o caso da cidade de Volta Redonda se indignou e usou a *internet* para fomentar o preconceito afro-religioso, manifestado pela comunidade escolar e pela referida escola. Diante deste cenário, a editora do livro, Mazza, se defendeu. Publicou que:

Isso é uma repetição. Já vi acontecer outras vezes, em outras escolas, com outros livros que trabalham a mesma temática. Já tive escola que simplesmente disse que "esse aqui não", conta Maria Mazza, fundadora da [editora Mazza](#), dedicada a livros sobre a cultura negra e que publica o livro Omo-Oba. Em 2009, um caso semelhante aconteceu em uma escola em Macaé, também no Rio de Janeiro, quando uma professora optou por trabalhar o livro indicado pelo MEC "Lendas de Exu", de Adilson Martins, em aula. Mesmo argumentando não ter usado conotação religiosa, a professora foi afastada pela direção do colégio - que seria formada por diretores evangélicos (grifos meus)[\[7\]](#).

Diante desses contextos apresentados, ressoa o meu questionamento em relação aos personagens deuses afros nas escolas e a influência que a gestão pode ter em sua aplicabilidade. Trata-se do questionamento de um grupo de pais, e novamente uma obra recomendada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) utilizada nas escolas de todo o país desde sua publicação, segundo Oliveira. E mais uma vez, a ausência de apoio por parte dos diretores e da comunidade escolar. E as outras que se encontram por aí sem vozes?

Religiosidades afros^[8] - mantenedoras de culturas

Não se pode mencionar a mitologia africana sem falar de religiosidade nesses escritos, embora não seja esse o foco, vale um aparte.

Munido em defesa das religiosidades afros, Conduru (2013), introduz num capítulo de sua obra, uma canção da oralidade anônima da religiosidade de Umbanda. Nela, “remete às relações entre as religiosidades afro-brasileiras e o campo da educação”. Diz o seguinte, “Com tanta escola nesse mundo, / por que eu ainda não aprendi a ler? / Maria Conga já aprendeu feitiçaria - minhas almas! -/ na mesa do canjerê (CONDURU, 2013, p. 367)”.

Na esteira do que disse Conduru pode-se afirmar que seus versos são claros quando pronunciam que a Umbanda trouxe muito bem a conexão entre África e Brasil. Para Roberto Conduru, se prestarmos bem atenção aos versos, percebe-se o relato da exclusão escolar sofrida pelos afrodescendentes. Dentre diversos obstáculos que são infringidos a esta parcela da população está a intolerância religiosa.

Apesar do avanço alcançado pela inserção de negros e negras na universidade, os dados ainda apontam que a quantidade de negros que conseguem alcançar uma classe social de prestígio, ainda tem muito a alcançar.

Ainda com as ideias do autor Conduru, que diz ser o terreiro um espaço sagrado de ensino e aprendizagem, mesmo que a cantiga ilustre que Maria Conga (entidade espiritual de Umbanda) ainda não aprendeu a ler, o terreiro se mostra como local de aprendizagens e lá existem muitos com conhecimentos para produzir, transmitir e preservar a cultura afro-brasileira (CONDURU, 2013, p. 367-368)”.

Conduru (2013) menciona a canção acima e me lembro de outra: “Vovó não quer casca de coco no terreiro/ que é pra não lembrar do tempo do cativo”. Esta melodia é cantada em vários recintos de Umbanda. Se a vovó (entidade espiritual) não quer lembrar da escravidão, por que também não se faz o mesmo na escola? Por que os negros só aparecem no pelourinho sendo chicoteados

Os espaços da escola anunciam os personagens que se tornaram negros e alcançaram o místico africano com heróis de deuses negros. A propósito, eles se encontram, também, atuantes nas ritualísticas de Umbanda e Candomblé nos arredores do Brasil. Estes credos mantiveram-nos vivos até os dias de hoje, mesmo perpassando por muita intolerância religiosa. Por conta disso, esses deuses ainda estão atuantes nesses espaços religiosos. Desse modo, embrenham-se com os da escola. Nesse cenário, surgem as polêmicas.

Barata (2012) enfatiza que preservar a memória da cultura negra é de suma importância. Segundo ela, a cultura africana se mescla aos três tempos: o passado, que será sempre convidado a participar do presente e do futuro. Absolutamente, acontece com outras culturas, que vivem um “tempo linear”, deparando-se com o passado de forma distante e sempre necessitando de algo imediatista. A autora infere que os negros afro-brasileiros não vivem o presente sem o passado. Revivem sempre as suas tradições de modo a mantê-las vivas, e por muitas vezes inerte. A exemplos, as festas ritualísticas dos cultos, contribuintes à manutenção dessa cultura (BARATA, 2012, p. 78).

Vale ratificar, desde o caso “Lendas de Exu”, existe um conceito muito amplo quando se ministra essas obras em sala de aula. Ao mencionar Exu, Obá, Oxum, Iemanjá, dentre outros personagens deuses afros, nos âmbitos escolares, o professor está ministrando cultura, conhecimento. Diferentemente, acontece quando os mesmos deuses se apresentam nos templos de Umbanda e Candomblé. Em forma de sagrado eles continuam deuses, pois os terreiros estão por aí.

Em busca de vestígios e evidências, vários ocorridos divulgam as demandas no tocante à aplicabilidade da mitologia africana, aqueles que saem nas mídias, e outros que nem sequer têm a devida visibilidade. Em face a isso, infelizmente, deparam-se com profissionais despreparados para conter essa demanda demoníaca, que se mesclam às histórias lúdicas.

Ratifica-se que o cerne da questão é a confusão com as religiosidades de Umbanda e Candomblé, que mantiveram a cultura dos deuses africanos viva. Vale dizer que um país pluriétnico e multicultural que dilacera, no cotidiano, as histórias de personagens negros, assim como as indígenas, é um país que não intenciona valorizar esses povos desbravadores e construtores da nação brasileira.

Há pouco tempo, se assistiu a pedradas na cabeça de adepto da religiosidade afro-brasileira^[11], às invasões de recinto e às depredações de altares religiosos afros. Acredita-se que a educação pode mudar esse panorama de racismo religioso que perpassa, dia a dia, nesses espaços religiosos. O que se pretende, também, quando se ministra esse tipo de literatura, que a nomenclatura indesejada possa ser transmutada em conhecimentos literários, de modo a expurgar a visão satânica desses deuses. Para que tais atitudes positivas aconteçam, faz-se necessário mais compromisso com a aplicabilidade da Lei, com esse tipo de leitura.

Vale ressaltar que os escritos, até aqui produzidos, partem de uma só prática pedagógica, ministrar mitos religiosos africanos e afro-brasileiros em sala de aula das escolas do Rio de Janeiro. Trata-se aqui, portanto, de desvendar meios pedagógicos que facilitem o trabalho do professor envolvido na temática dos enredos africanos, em que deuses da religiosidade adquirem o papel de protagonista para mostrar suas qualidades, seus feitos.

Em sintonia com os estudos de Candau (2011) enfatiza-se o conceito de democracia oriundo de autores importantes. Segundo ela, para alguns, a tentativa é buscar acentuar as questões de igualdade para se extinguir as diferenças. Para outros, pensar em igualdade é fazer com que as diferenças sejam postas de lado, ressaltando a inferioridade das minorias. Na verdade, para a escritora, há de se enaltecer um multiculturalismo radical, deixando a igualdade para segundo plano. A visão deve ser dialética entre igualdade e diferença, que de certo, devem caminhar juntas (CANDAU, 2011, p. 208).

Levando em conta as características do discurso multicultural, Hall (2001) enfatiza que todo país tem sua formação por um colonizador, por conseguinte, passam a existir muitos tipos de sociedades multiculturais (HALL, 2011, p. 52-53). O Brasil não está fora deste processo se levarmos em consideração a diáspora afro-brasileira.

Convém lembrar que a cultura ocidental está impregnada com a herança greco-romana e com a tradição judaico-cristã, apesar de algumas influências orientais. Arruda (2006) traz à tona os tempos em que a educação era aplicada por oralidade em berços familiares e dependia da tradição religiosa a que pertenciam. A oralidade sempre teve muita influência através de fábulas de Esopo, os poemas de Homero e de Hesíodo que eram aprendidos de cor (ARRUDA, 2006, p. 61-65). Vale dizer que estas tornaram-se ágrafas, ao passo que as africanas continuaram estáticas na oralidade.

Em virtude disso, o resgate e a valorização de referenciais africanos devem ter sua vez, através das literaturas, que envolvem inúmeros temas relacionados a esse lugar. Já se passou muito tempo de procurar caminhos que possibilitem o educador a ministrar essas narrativas de ficção nos conteúdos curriculares e no cotidiano escolar.

Walter Benjamin (2002) teceu considerações importantes quando enfatiza que uma criança costuma criar seu próprio mundo, através dos contos maravilhosos e conseguem lidar muito bem com essas fábulas. Imbricam-se nesse mundo lúdico para criar o seu próprio, estabelecem vínculos referenciais de seu universo (BENJAMIN, 2002, p. 58). Por essas vias, o caminho trilhado por essas narrativas místicas pode contribuir para que os deuses africanos se transformem em heróis nos enredos criados pelas crianças de nossas escolas.

Sem dúvida, que se trata de uma educação inclusiva, mesmo que não se queira abordar o sentido religioso, os alunos candomblecistas e umbandistas veem o seu credo sendo enfatizado fora de seus recintos sagrados. A escola é para eles, o lugar que se educa e quando assistem aos conteúdos em que os seus deuses estão imbuídos, sentem-se protegidos dos estereótipos demoníacos, que estão constantemente lhes rodeando no dia a dia.

O grande desafio ainda permeia nos cotidianos de minhas práticas

Por meio de aulas voltadas exclusivamente a leituras de compêndios sobre personagens deuses afros, as minhas práticas em sala de aula sempre acontecem com um debate antecipado sobre esses personagens em relação aos da literatura greco-romana. Questiono o porquê da mitologia africana não ocupar os espaços públicos da escola. Relaciono os deuses greco-romanos por não pertencerem mais ao sagrado, e ter o devido respaldo dos autores brasileiros. De saída, enfatizo que os personagens da mitologia africana não se encontram nos espaços escolares porque a religiosidade, em que esses deuses se inserem, ainda são cultuadas. Dentro dessas perspectivas, menciono a intolerância religiosa com essas crenças, nas minhas aulas de leitura afro.

Depois de tanto defender o caso de Lendas de exu, em minha dissertação, sinto-me segura em ministrar as narrativas da mitologia afro-brasileira. Por conta disso, todos os meus conteúdos de Língua Portuguesa, desde o início do ano letivo até o final, permeio com a Lei 10.639. Vale acrescentar a importância da gestão escolar em apoiar esse tipo de trabalho, na elaboração de um projeto-político-pedagógico, PPP, no qual possa mobilizar a comunidade escolar num processo político e democrático, de modo que se apoie a legislação e os conteúdos nelas envolvidos

Figura 1: Yemanjá

Figura 2: Exu

Figura 3: crianças negras

[12]



Fonte: arquivo pessoal

Fonte: arquivo pessoal

Fonte: arquivo pessoal

Figura 4 : acervo pessoal de leituras afros



Fonte: arquivo pessoal

Vistas sob o viés antropológico da diáspora, ministrar as literaturas afro-brasileiras e africanas, o que se pretende é almejar o novo *ethos* da família brasileira com o reconhecimento da pluralidade que existe em nossa sociedade [13]. As

histórias não são soltas, mesmo as fictícias. Elas não estão desvinculadas das cinzas, pois mostram a todo momento a vivacidade de um povo, logo, devem ser recuperadas, para que a minoria possa participar mais na sociedade brasileira.

Freire (2015) considera que:

No fundo, as resistências – a orgânica e/ou a cultural – são *manhas* necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos. O sincretismo religioso afro-brasileiro expressa a resistência ou a manha com que a cultura africana escrava se defendia do poder hegemônico do colonizador branco (FREIRE, 2015, p. 76; Grifos no original).

As palavras de Freire apontam muito bem para a hegemonia na sociedade brasileira, e as "manhas" pelas quais os negros militantes de sua cultura tiveram que passar, adaptando, assim, o seu credo ao do colonizador. Para superar essa herança cultural, o legado afro-brasileiro precisa ser recuperado.

Pela educação, cumpre fazer referência mais uma vez, a Paulo Freire tradutor da cultura da diáspora afro-brasileira, que destacou o negro como etnia integrante do contexto populacional brasileiro. Segundo o autor, "pesquisar o que ainda não se conhece é na verdade, comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 2015, p. 30-31)".

Em momentos de seus escritos, o teórico da educação caminha sua reflexão para a religiosidade. Sempre dialogando com os atores do campo educacional, retoma o aspecto religioso pelo sincretismo afro-brasileiro e diz que esse fenômeno foi um mal necessário para que a cultura africana se defendesse do poder do colonizador branco (FREIRE, 2015, p.76).

Em síntese, após quinze anos de implementação da Lei 10.639/2003, ainda se tem muito o que se conquistar. Entretanto, o passado ainda está inacabado. Declara-se este tempo do pretérito como inacabado devido à esperança de que algo ainda pode se modificar para melhor, daqui por diante, principalmente no que se refere às histórias lúdicas da mitologia africana em que personagens deuses afros possam atuar nos livros paradidáticos, nas salas de aula brasileiro.

De fato, as narrativas com personagens deuses afros não estão nos cotidianos das escolas porque as religiosidades afro-brasileiras ainda estão atuantes. Ademais, confundidas com religiosidade encontram indivíduos intolerantes que exercem cargos de direção de colégio, que se aproveitam do poder para impedir esse tipo de narrativa tomar conta dos espaços nas escolas. Tal fato não descarta a assertiva de que deveria se uma obrigação na matriz curricular mínima, mas de forma prazerosa, pela educação, assim, essas narrativas amenizariam comportamentos preconceituosos em relação às religiosidades de matriz africana.

Entretanto, ao que se almeja com a aplicabilidade da Lei 10639 é assistir a profissionais de todas as disciplinas ministrando-a, mencionando o racismo, enfim, a cultura africana e afro-brasileira, principalmente as narrativas fictícias mitológicas africanas, em que os deuses se inserem. Parte-se do princípio de que a escola, também, pode minimizar o aspecto satânico dessas religiosidades. Sem nos esquecer de que o professor é um líder em sala de aula, que transforma e pode muito bem caminhar com práticas que venham contribuir para promover tais desconstruções, pois se sabe que é nesse espaço que se reforça a identidade dos alunos e que se preza para o não preconceito ao credo do outro.

Desde o ocorrido na Serra de Macaé à cidade de Volta Redonda, portanto, nove anos, percebemos que as mitologias iorubás ainda não têm o seu devido respaldo nas salas de aula. É de importância ímpar conquistar as perdas em relação à história, à cultura, às lutas e às militâncias do negro do Brasil, através de temas específicos a ele. Diante ao cenário de conflito em que a escola está inserida, no que diz respeito ao desenvolvimento de ações educativas relacionadas e ancoradas na cultura afro e afro-brasileira, muito se tem a fazer para que as obras de Martins (2009) e Oliveira (2009) possam fazer parte dos cotidianos da escola e não serem ponto de conflito.

Portanto, retomando ainda os fragmentos iniciais, cruzo as narrativas. Desse modo, espero ver exu nas encruzilhadas das escritas infantis e lá, vê-lo encontrar um louva-a-deus, depois viajar para a Lua e encontrar João Cândido, através de uma estrela brilhante. Então, sem exu pedir nenhuma oferenda, que exu alcance um raio de Xangô (o deus da justiça) e faça com que o almirante negro tenha forças e desça ao cruzo das águas e venha encontrar Yemanjá (a deusa do mar). Assim, Xangô permita que todos personagens deuses afros possam participar das narrativas lúdicas num compêndio escolar e levar os nossos alunos leitores a uma viagem do sagrado africano. E depois serem felizes para sempre.

Para finalizar de vez, Mandela, que parece corroborar ainda mais com seus dizeres iniciais, retomo-o para mencionar que essas narrativas depois de fazerem parte das escolas serão contadas por muitas vozes em vastos lugares.

OBRAS CONSULTADAS

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa, Nilma Lino Gomes, Míriam Lúcia dos Santos Gomes. **Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BARATA, Denise. **Samba e partido alto**: curimbas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

BENJAMIN, Walter. **A criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 2002.

BRASIL. Parecer. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Do parecer no tocante as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 003/2004, de 10 de março de 2004. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 02 set. 2010.

_____. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lei10639.pdf>. Acesso em: 02 set 2010.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANDAU, Vera Maria. **Reinventar a Escola**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CONDURU, Roberto. **Pérolas negras. Primeiros fios**: experiências artísticas e culturais nos fluxos entre África e Brasil. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

Capone, Stefania. **A busca da África no candomblé, tradição e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros: e como as crianças se relacionam com as crianças de candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

_____, Stela Guedes. **Os meninos João Cândido**. Ilustrações Vitor Leonardo. Rio de Janeiro: Omodé, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia da tolerância**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 50ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HALL, Stuart, **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MANDELA, Nelson. **Meus Contos Africanos**. Tradução Luciana Garcia, São Paulo: Martins, 2009.

MARQUES, Maria Cristina. **Lendas de Exu sob os holofotes da educação**. Disponível em: www.dippg.cefetjr.br/index.php?option=com_docman&task=doc...gid... Acessado em 22 de março de 2019.

MARTINS, Adilson. **Lendas de Exu**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

MUNANGA, Kebengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008

OLIVEIRA, Kiusam de. **Omo-oba**: histórias de princesas. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

SILVA, Selma Maria da “Literatura brasileira na perspectiva da africanidade”. In: GONÇALVES, Rezende Alice Maria (Org.). **Educação, cultura e literatura afro-brasileira: contribuições para a discussão da questão racial na escola**. Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007.

SIMAS, Luiz Antônio, Luiz Rufino, **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás deuses iorubás na África e no Mundo**. 6ª ed. Salvador: Corrupio, 2002.

[1] Quando crio esse conceito, diferencio personagens infantis, lúdicos e deuses da mitologia africana dos personagens de outras literaturas.

[2] Autora de livros infantis: “Os meninos João Cândido” e “Alice e Bisa” ambos pela editora Omode, 2017).

[3] Na transcrição de Verger, as palavras “Exu” e “Orixá” se encontram na língua iorubá, decidi traduzi-las aqui, para melhor entendimento do leitor

[4] Adilson Martins (1940-2011), foi sacerdote de candomblé, comerciante de artefatos religiosos no Mercado de Madureira, instrutor de jogos de búzios, escritor de literaturas iorubanas, recontadas de forma lúdica para crianças do ensino fundamental. Deixou as seguintes obras: “Eriné o caçador e outros contos africanos (2008), “O papagaio que não gostava de mentiras e outras fábulas africanas” (2008), “A cabaça da existência” (2007) e “Lendas de Exu” (2009), em todas as obras relatam-se lendas de África e outras originárias no Brasil.

[5] O caso foi amplamente divulgado pela mídia. Ver em: <http://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/10087/discriminacao-contra-professora-ganha-repercussao-a-nivel-nacional>. Acesso em: 10/4/2018.

[6] O ocorrido tornou-se objeto de pesquisa desenvolvido durante o mestrado. A dissertação intitulada “Lendas de Exu sob os Holofotes da Educação” foi defendida em 2015, no Programa de Pós-Graduação em Relações Etnorraciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ.

[7] Trata-se de um abaixo-assinado virtual feito pela autora do livro para o MEC. Disponível em

<http://www.cenbrasil.org.br/professorakiusam-interpela-mec-sobre-o-ensino-da-historia-e-cultura-afro-brasileira/> acessado em 03 de abril de 2018.

[8] O Candomblé e Umbanda, apesar de suas semelhanças, apresentam muitas diferenças entre si, como sua origem, a relação com os orixás, seus rituais, incorporação, entre outros. O Candomblé, que chegou ao Brasil por meio dos negros trazidos em condição de escravos, é uma religião afro-brasileira. Já a Umbanda é uma religião propriamente brasileira, marcada pelo forte sincretismo entre catolicismo, espiritismo e religiões afro-brasileiras. Disponível em: <https://www.diferenca.com/candomble-e-umbanda/acessado> em 05 de abril de 2019.

[9] Ver: VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás deuses iorubás na África e no Mundo**. 6ª ed. Salvador: Corrupio, 2002.

[10] Beatriz Moreira Costa, conhecida como Mãe Beata de Iemanjá (1931 - 2017) foi uma mãe-de-santo, escritora e artesã brasileira, que desenvolveu trabalhos relacionados à defesa e preservação do meio ambiente, aos direitos humanos, à educação, saúde, combate ao sexismo e ao racismo (SILVA, 2018).

[11] Trata-se do caso de Kailane Campos, que acabara de sair de um ritual trajando roupas ritualística do candomblé e foi atingida por uma pedra na cabeça. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-diz-que-vai-ser-dificil-esquecer-pedrada.html>. Acessado em 31 de março de 2019.

[12] As fotos foram tiradas por mim, durante as minhas aulas em que levo meu acervo particular, somente ligados à Lei 10.639/2003 para a sala de leitura da escola em que trabalho no município de Macaé

[13] Ver: SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.